

Dívida: mais apoio ao Brasil.

Os governos da França e dos EUA confirmaram sua disposição em participar do empréstimo-ponte de US\$ 500 milhões ao País.

Mailson da Nóbrega conquistou ontem dois novos e importantes apoios em sua atual viagem ao Exterior destinada a recuperar a confiança da comunidade financeira internacional no Brasil. Um foi em Paris, onde seu colega francês Pierre de Berégovoy lhe assegurou que a França participará do empréstimo-ponte de US\$ 500 milhões solicitado aos países credores para pagamento de juros. Em seguida, o Ministério da Fazenda, em Brasília, divulgava uma nota anunciando que o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos também concordava em participar do empréstimo.

A reabertura das negociações do Brasil para o reescalonamento de sua dívida de US\$ 18 bilhões junto aos 14 países membros do Clube de Paris constitui o fim de uma fase da história financeira do País, a da confrontação e da moratória. Esta foi a opinião manifestada por vários banqueiros franceses que assistiram ontem, na sede da Associação Francesa de Bancos e na presença de William Rhodes, presidente do Comitê Assessor de Bancos Privados, às explicações do ministro da Fazenda sobre a nova estratégia econômica do Brasil.

Discreto

Antes, o ministro havia se reunido durante 40 minutos com seu colega das Finanças da França, Pierre Berégovoy, ocasião em que recebeu o apoio do governo francês para as negociações dos próximos dias 28 e 29 com o Clube de Paris. O ministro Berégovoy confirmou igualmente a participação de seu país no empréstimo-ponte (de curto prazo) de US\$ 500 milhões, anunciado à imprensa pelo próprio Mailson e do qual deverão também participar outros países membros do Clube de Paris, principalmente os EUA e outros do Grupo dos Sete (G-7) mais industrializados.

Mailson, entretanto, foi discreto com relação ao conteúdo



Foto AFP

Mailson com Berégovoy, da França: apoio.

20 JUL 1989

do futuro acordo, revelando apenas que "o Clube de Paris não esqueceu ainda as experiências das últimas negociações com o Brasil e que deixaram certas seqüelas que estamos pretendendo eliminar". Talvez isto explique a cautela, não só do ministro como também de seus assessores Sérgio Amaral e Antonio de Pádua Seixas, em nome da tradição de respeito às regras do Clube, evitando qualquer antecipação dos principais pontos da proposta brasileira a ser negociada no Hotel Majestic, da capital francesa.

Melhor que a Argentina

Apesar da discrição dos negociadores brasileiros, informa nosso correspondente em Paris, Reali Jr., Mailson deixou transparecer que seu objetivo é obter o melhor acordo já assinado pelo País além de condições mais interessantes das que foram obtidas

pelo México e Argentina. Este último país, ainda recentemente, obteve um prazo de reescalonamento de oito anos, mas o Brasil pretende um prazo maior: dez anos. Outra pretensão brasileira é a consolidação de suas dívidas vencidas em 1987 e 1988, além do período a vencer de 1989. Também a taxa de juros reivindicada é "especial", considerada inclusive irrealista por áreas bancárias européias. Não se sabe, exatamente, a quantia total que deve ser reescalonada, pois isso será definido durante a própria negociação. Ela é que vai determinar o total a ser reescalonado, se apenas o principal ou o principal e juros vencidos ou a vencerem. Em 1989, os vencimentos na área do Clube de Paris são superiores a US\$ 2 bilhões.

De qualquer forma, Mailson está muito interessado num bom acordo com o Clube de Paris, pois

isso assegurará ao Brasil o retorno dos empréstimos das agências oficiais (os Exibanks, Bancos de Exportação e Importação) dos países industrializados. Por sinal, vários desses países — como Japão, EUA, Grã-Bretanha e França — já anunciaram que estão apenas aguardando a conclusão das negociações para reiniciarem a concessão dessas linhas de crédito destinadas à importação de bens necessários ao desenvolvimento brasileiro.

Inflação

Resta também ao ministro da Fazenda vencer duas outras grandes preocupações demonstradas pelos credores internacionais: a inflação brasileira, que ameaça chegar a 23% este mês, e as dificuldades impostas ao capital estrangeiro pelo atual projeto de Constituição. No primeiro caso, Mailson tem procurado acalmar seus interlocutores, explicando-lhes que não pensa, no momento, em nenhum pacote ou tratamento de choque. Quanto às decisões do primeiro turno da Constituinte, como o tabelamento dos juros em 12% ao ano e restrições à exploração do subsolo por empresas estrangeiras, o ministro tem respondido que o governo já desenvolve uma campanha de esclarecimento junto aos parlamentares para derrubar essas medidas no segundo turno.

Hoje, o ministro estará em Bonn, na Alemanha Ocidental, onde se reunirá com autoridades monetárias desse país, viajando no fim da tarde de automóvel para Frankfurt, para prosseguir seus contatos com a área bancária. Amanhã à tarde ele estará em Roma para uma missão idêntica. Mailson passa o fim de semana em Londres, devendo embarcar no domingo para Nova York, onde se reunirá na segunda-feira com dirigentes dos pequenos bancos globais norte-americanos, como sempre os mais cautelosos entre os 700 bancos comerciais envolvidos com nossa dívida em aderirem ao acordo recomendado pelo Comitê Assessor.